



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA ZONA BOÊMIA DE BELO HORIZONTE: DESCRIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Ronaldo Alves da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de mostrar os resultados das análises das práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte. Utiliza as teorias dos estudos de usuários como suporte para a construção do objeto de pesquisa e para a condução da pesquisa de campo. A pesquisa foi feita com as profissionais do sexo que trabalham em hotéis de alta rotatividade. Foram estabelecidos quatro eixos para a análise das práticas informacionais: os aspectos trabalhistas que envolvem a atividade, a legislação penal que incide sobre ela, as questões de saúde das mulheres e os aspectos de seu cotidiano. Os quatro eixos de análise não têm igual importância na visão das profissionais. O caráter transitório da atividade provoca a baixa identificação das mulheres com as questões sobre trabalho e legislação. A saúde ganha mais importância em seu discurso por causa do impacto imediato que este assunto tem em suas vidas; principalmente os problemas relativos às doenças sexualmente transmissíveis. As profissionais estão inseridas em contextos informativos diversificados, tendo acesso a diferentes produtos e discursos informacionais. Suas práticas informacionais são influenciadas pelo ambiente informacional dinâmico em que se encontram, pela natureza transitória de seu trabalho e pelo impacto que cada assunto tem em suas vidas.

Palavras-chave: Estudos de usuários, Práticas informacionais, Profissionais do sexo.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi extraído da dissertação de mestrado intitulada “As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte”, apresentada em dezembro de 2008 ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Inicialmente esta pesquisa causou estranheza na comunidade da supracitada escola. A maioria das pesquisas em ciência da informação estuda contextos institucionalizados, especialmente aqueles de caráter científico e tecnológico. Os estudos realizados em ambientes marginalizados não recebem o mesmo tratamento que é dado aos trabalhos em organização e representação da informação. Nosso trabalho foi taxado como irrelevante, “uma grande perda tempo”, conforme relatou Araújo (2008). Acreditamos que estas críticas são motivadas por um equívoco dos interlocutores, que não perceberam a diferença entre o objeto empírico e o objeto teórico da pesquisa. Nosso objeto empírico é a prostituição, um tema inédito na ciência da informação. Nosso objeto teórico são os estudos de usuários, mais especificamente as práticas informacionais, assuntos já estudados por Araújo (2007), Marteleto (1995), dentre outros. Utilizamos os estudos de usuário como referencial teórico para a construção de nosso objeto e como aporte para o trabalho de coleta e análise de relatos. Enfatizamos os contextos de ação dos indivíduos, destacando os aspectos sociais de suas práticas informacionais.

A pesquisa foi realizada na região do hipercentro de Belo Horizonte conhecida como zona boêmia. Esta região é conhecida na cidade como um lugar de exercício da prostituição e compreende ruas próximas da rodoviária, da Avenida do Contorno e da Praça da Estação. As profissionais do sexo que participaram da pesquisa trabalham em hotéis, conhecidos como hotéis de alta rotatividade, localizados na Rua dos Guaicurus e na Rua São Paulo.

2 OBJETO EMPÍRICO: A PROSTITUIÇÃO E AS PROFISSIONAIS DO SEXO

A prostituição é definida por Freitas Junior (1966, p.5) como “[...] uma atividade profissional cujo trabalho consiste em fornecer prazer sexual, pago, e realizado de modo



sistemático”. Segundo Barros (2005), a prostituição é uma atividade de alto risco, que expõe seus praticantes à violência (física e simbólica), às doenças, à quebra de segredo, ao medo e à insegurança. As prostitutas ainda sofrem com o preconceito oriundo da visão da prostituição como uma atividade de baixo valor e imoral. Um exemplo deste preconceito é a representação da prostituta como vítima da miséria, da maldade dos homens e da devassidão feminina, empurrada para a atividade por fatores alheios à sua vontade. Roberts (1998) diz que as causas da prostituição sempre foram justificadas e/ou condenadas ao longo da história da humanidade, com o uso de argumentos que desconsideravam a vontade das mulheres. A autora ironiza que “[...] se a prostituição é realmente a profissão mais antiga do mundo, os homens que escrevem sobre ela compõem certamente a segunda profissão mais antiga” (ROBERTS, 1998, p.17). Na história da humanidade a mulher sempre foi submetida (não submissa) ao homem. Segundo Roberts (1998), as prostitutas recebem dos homens que escrevem sobre elas a piedade, a complacência e/ou, na maioria das vezes, a repulsa e o escárnio. Lagenest (1960), por exemplo, se refere à prostituição como “chaga”, “praga”, “mal”, “problema”. O autor defende que a atividade deve ser extirpada da sociedade e que as prostitutas são vítimas das circunstâncias sociais ou sofrem algum tipo de distúrbio ou desvio de conduta. Os escritores masculinos creditam a existência da prostituição à lascívia, à miséria, à corrupção da alma humana e à necessidade de satisfação dos instintos (masculinos). As mulheres que escrevem sobre a prostituição, movidas pelo ideal feminista, creditam a existência da atividade à indução e exploração das mulheres pelos homens. Segundo Roberts (1998), a vontade da prostituta não é considerada por estes escritores como a verdadeira motivação para a existência da atividade.

A palavra prostituta pode ganhar significados que vão além do trabalho na prostituição. Atualmente, mulheres que têm uma vida sexual ativa e trocam de parceiros constantemente são chamadas assim. Segundo Domingues (1996), a imagem da prostituta, para a sociedade, é de uma mulher livre, que tudo pode, mas ao mesmo tempo condenada a carregar consigo a marca da diferença, não da diferença que a torna singular, mas da diferença que a exclui do mundo dito normal. Em uma definição próxima do senso comum, prostituta é a pessoa que vende sexo, ou melhor, que vende o ato e o



prazer sexual. Desta concepção vem a denominação profissional do sexo¹, ou seja, alguém que trabalha com o mercado do sexo, com a venda de serviços sexuais. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002 incluiu a categoria “profissional do sexo” que abarca as seguintes denominações: “[...] garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador do sexo” (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2002). A descrição da CBO foi elaborada com a participação de instituições e pessoas ligadas à prostituição, como as associações de profissionais do sexo, grupos de combate à AIDS e grupos de estudo da atividade.

As mulheres que trabalham nos hotéis da Rua dos Guaicurus em Belo Horizonte se definem de diversas formas: profissionais, prestadoras de serviços, prostitutas; mas a denominação mais utilizada por elas é “garota de programa”. Nós utilizamos a denominação “profissional do sexo”, pois é assim que a atividade é chamada nos documentos legais e governamentais que a descrevem.

3 OBJETO TEÓRICO: OS ESTUDOS DE USUÁRIOS E AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Os estudos de usuários são definidos por Figueiredo (1994) como pesquisas realizadas para saber as necessidades de informação dos usuários, medir sua satisfação e/ou avaliar a qualidade dos serviços de informação. São realizadas com propósitos funcionais, como a melhoria de serviços e sistemas de informação, a avaliação de coleções, o planejamento e adequação de serviços e sistemas aos usuários, dentre outros (ARAÚJO, 2007; BAPTISTA e CUNHA, 2007; FIGUEIREDO, 1994).

Os estudos de usuários são comumente divididos em duas abordagens principais: a tradicional e a alternativa. A abordagem tradicional é caracterizada por estudos que utilizam uma metodologia quantitativa, tanto fase da coleta, quanto na análise dos dados (BAPTISTA e CUNHA, 2007). Segundo os autores, o uso intensivo destas técnicas tem como objetivo garantir maior precisão na análise e interpretação dos resultados.

Segundo Araújo (2007), os estudos de usuários na abordagem tradicional possuem

¹ Optamos por usar, em algumas passagens de nosso trabalho, a palavra prostituta, pois ela é utilizada nos textos sobre a história e as características da prostituição. Em geral utilizamos o termo profissional do sexo, que aparece na CBO e nos documentos oficiais sobre a atividade.



“[...] uma preocupação em estabelecer leis do comportamento do usuário da informação”, com o objetivo de “[...] estabelecer padrões de comportamentos invariáveis, isto é, válidos para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas.” Outra característica é “[...] a necessidade de “medir” o comportamento dos usuários” (ARAÚJO, 2007, p.85-86). De acordo com Ferreira (1996), pontos importantes são desconsiderados na abordagem tradicional: o conhecimento não é absoluto, a mensagem não é recebida da mesma forma que foi enviada, as pessoas são dinâmicas e autônomas. Os estudos na abordagem tradicional não permitem que o usuário seja compreendido como um indivíduo autônomo, dono de suas vontades e desejos, capaz de decidir sobre suas necessidades e sobre a busca e uso de informação.

Os estudos da abordagem alternativa, que surgem como crítica à abordagem tradicional, colocam o usuário no centro do processo de busca e uso da informação, e consideram que a compreensão de suas necessidades é fundamental. O uso da informação é determinado pelo próprio indivíduo e facilita sua locomoção espaço-temporal. Segundo Ferreira (1996), “[...] a informação é essencialmente vista como uma ferramenta valiosa e útil para os seres humanos em suas tentativas de prosseguir com sucesso suas vidas”. Os usuários são vistos como “[...] pessoas com necessidades cognitivas, afetivas e fisiológicas fundamentais próprias que operam dentro de esquemas que são partes de um ambiente com restrições socioculturais, políticas e econômicas” (FERREIRA, 1996, p.220). Esta abordagem trouxe novas questões a serem estudadas, mas os métodos da abordagem tradicional ainda são utilizados nas pesquisas atuais (ARAÚJO, 2008).

Araújo (2008) faz um paralelo entre as duas abordagens de pesquisa nos estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação, apresentados sob a ótica de Capurro (2003). As pesquisas da abordagem tradicional estão inseridas no paradigma físico da área. A mudança de abordagem nos estudos de usuários, com o surgimento de estudos centrados nos aspectos cognitivos e emocionais dos indivíduos, coincide com a passagem do paradigma físico para o cognitivo. Araújo (2008), entretanto, identifica a necessidade da inserção do usuário em seu mundo social. Segundo o autor, os estudos de usuários têm um “[...] caminho a ser trilhado na perspectiva do paradigma social”. Os estudos deixarão de servir “[...] como *feedback* para a medição da eficácia dos sistemas ou seres cognoscentes”. Nesta nova abordagem, os usuários serão vistos como “[...]”



seres em constantes interações com outros seres, seres produtores de sentido, que se articulam em comunidades diversas, de diferentes naturezas: profissionais, étnicas, religiosas, sexuais, políticas, econômicas” (ARAÚJO, 2008).

A forma como o usuário era visto na abordagem tradicional, considerando apenas seu comportamento externo diante de uma necessidade de informação, foi modificada pelos estudos alternativos, que passaram a considerar também os aspectos cognitivos, sensoriais e emocionais. Mas os usuários continuaram a ser estudados separados de seu mundo social. Na abordagem proposta por Araújo (2008), o usuário torna-se um ser que age em um contexto, baseando suas ações nas interações cotidianas.

A etnometodologia e o interacionismo simbólico, correntes teóricas das ciências sociais, podem oferecer aportes a essa nova abordagem dos estudos de usuários, permitindo sua aproximação com o paradigma social de Capurro. No paradigma cognitivo o indivíduo está isolado de seu mundo social e a informação é uma entidade existente em um mundo separado do mundo real. O paradigma social é uma crítica ao paradigma cognitivo neste sentido: considera que o indivíduo e a informação estão inseridos em um mesmo contexto. A oferta de sentido à informação por parte do usuário é o traço comum entre os dois paradigmas, mas o paradigma social considera que esta oferta de sentido é dependente de uma série de fatores ligados ao mundo social dos indivíduos. O interacionismo simbólico e a etnometodologia têm a característica comum de estudar o cotidiano dos indivíduos e de dar importância às suas pequenas ações. Estas teorias podem contribuir com conceitos sobre os indivíduos em ação e fornecer subsídios para a compreensão de suas práticas informacionais. Os usuários são sujeitos em seus contextos de ação e o uso de informação é uma ação que sofre a influência de suas interações com os outros sujeitos e com o meio.

3.1 INTERACIONISMO SIMBÓLICO E ETNOMETODOLOGIA

Segundo Blumer (1980), o interacionismo simbólico baseia-se em três premissas: os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece; os significados do mundo são provenientes da interação social que se mantém com as demais pessoas; os significados são manipulados por um processo interpretativo utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em



contato (BLUMER, 1980, p.119). O indivíduo age socialmente em relação às outras pessoas e interage socialmente consigo mesmo, tornando-se assim objeto de suas próprias ações. Ele coloca-se no lugar do outro e orienta suas ações em consonância com as definições e expectativas dos outros. O indivíduo não é condicionado pelo meio exterior e define seu comportamento por meio da elaboração de estratégias de ação baseadas nos significados que o mundo lhe oferece.

Segundo Haguete (1987), as premissas do interacionismo são explicadas com base no comportamento cooperativo dos atores. Esta associação humana surge quando o ator individual percebe a intenção dos atos de outros atores e constrói sua própria resposta baseando-se nesta intenção. O comportamento humano envolve a resposta, não somente às ações presentes, mas também ao comportamento intencional e futuro dos outros (HAGUETE, 1987, p.24-25). O interacionismo critica a concepção positivista do comportamento condicionado, que diz que os indivíduos agem no mundo recebendo estímulos exteriores que determinam seu comportamento. Para os interacionistas estes estímulos são selecionados e manipulados pelos indivíduos em seu contexto de ação.

A etnometodologia é o estudo dos etnométodos que os atores utilizam no dia-a-dia, que lhes permitem viver juntos, inclusive de maneira conflitiva, e que regem as relações sociais que eles mantêm entre si. Os etnométodos são os métodos do senso comum, da vida cotidiana, empregados pelos sujeitos e que lhes permitem reconhecer-se como vivendo no mesmo mundo (COULON, 1995, p.52). Os principais conceitos da etnometodologia são: prática, indicialidade, reflexividade, accountability (relatabilidade) e noção de membro.

O conceito de prática permite observar como os atores sociais constroem seu mundo, como eles interpretam a realidade e inventam a vida constantemente. A realidade social não é um dado preexistente; ao contrário, é constantemente criada pelos atores. Não existe um mundo significativo exterior e independente das interações sociais (COULON, 1995).

A noção de indicialidade diz que as ações sociais fazem sentido no tempo e no contexto em que ocorrem. Os significados das ações referem-se a um momento específico, pois o tempo e o espaço da ação são resignificados constantemente nas interações.

A reflexividade “[...] designa, as práticas que ao mesmo tempo descrevem e



constituem o quadro social. É a propriedade das atividades que pressupõem ao mesmo tempo que tornam observável, a mesma coisa” (COULON, 1995, p.41). Segundo Guessser (2003), as pessoas refletem sobre aquilo que fazem, mas não têm consciência do caráter reflexivo de suas ações. A reflexividade permite que os atores sociais “[...] expressem as significações de suas ações sociais” (GUESSER, 2003, p.161).

A relatibilidade (ou accountability) “[...] é uma característica que permite aos atores sociais comunicarem e tornarem as atividades práticas racionais compartilháveis” (GUESSER, 2003, p.162). De acordo com o autor, “[...] a relatibilidade é a propriedade que permite que os atores tornem o mundo visível a partir de suas ações, tornando as ações compreensíveis e transmissíveis”.

De acordo com Coulon (1995, p.48), um membro “[...] é uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca”. Um membro incorpora os etnométodos de seu grupo social e mostra com naturalidade a competência que o agrega a este grupo e que permite que seja reconhecido e aceito nele.

3.2 CONCEITOS DO CAMPO DE ESTUDOS DE USUÁRIOS

Alguns termos do campo dos estudos de usuários já estão firmados em sua terminologia, mas carecem de conceituação, pois ainda apresentam algumas ambivalências e incompletudes no modo como são descritos. Analisamos adiante três destes conceitos principais: usuário, necessidades de informação e prática informacional.

Na definição mais comum, usuário é um indivíduo que utiliza serviços e sistemas de informação continuamente. Ao mesmo tempo, os indivíduos no entorno do sistema e nas organizações, que não utilizam seus serviços, são chamados de usuários potenciais, enquanto o restante dos indivíduos, que não usam e não têm interesse no sistema, são chamados de não-usuários (FIGUEIREDO, 1994). Consideramos que todos os indivíduos do mundo social são usuários de informação. O uso de informação acontece em todos os ambientes, institucionalizados ou não. Os usuários percorrem seus contextos de ação em busca de sentido para mensagens dispersas em uma gama diversificada de formatos. Suas necessidades de informação são elaboradas para dar sentido às suas ações sociais. A informação é construída, significada, reconstruída, falseada para servir ao



propósito que eles lhe conferem no momento e contexto da ação. Fatores referentes ao seu contexto social interferem na busca e uso da informação, assim como sua percepção dos conceitos de necessidade, busca, uso e informação. E os processos simultâneos de perceber a necessidade, empreender a busca e usar informação são apoiados no sentido que os usuários conferem a esses atos. Os usuários dizem o que é ou não informação e decidem pelo seu uso ou descarte.

O segundo conceito para o qual buscamos elucidação é o conceito de necessidade de informação. Le Coadic (2004) classifica as necessidades de informação em dois tipos: necessidade de informação em função do conhecimento e necessidade de informação em função da ação. No primeiro caso, a necessidade é derivada do desejo de saber, não tem ligação com a solução de problemas. No segundo caso, a necessidade é “[...] derivada das necessidades materiais determinadas pela realização de atividades humanas, profissionais e individuais: trabalhar, ir de um lugar para outro, comer, dormir, reproduzir-se” (LE COADIC, 2004, p.40). McGarry (1999) diz que o ser humano é curioso e inquisidor por natureza. E age assim em todos os espaços pelos quais circula, sejam espaços institucionais, coletivos, públicos ou domésticos. Necessidades de informação são aquelas reconhecidas pelos indivíduos, que são autônomos para perceber o que lhes é necessário em termos de informação. Nos contextos de uso podem existir necessidades não reconhecidas pelos indivíduos, que não afetam seu cotidiano e não têm impacto em suas ações.

O terceiro conceito é o de prática informacional, que junto com a idéia de informação construída nos contextos de ação dos usuários, é importante para o caminho trilhado pelos estudos de usuários no paradigma social. Marteleto (1995) diz que “[...] toda prática social é uma prática informacional”, pelo menos nas sociedades históricas. A autora define prática informacional como “[...] expressão que se refere aos mecanismos mediante aos quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização” (MARTELETO, 1995, p.91).

Segundo Araújo (2007), o conceito de prática informacional pode ser derivado do conceito de prática na etnometodologia, o que implica que os indivíduos constroem suas próprias definições do que é informação e necessidade de informação. As práticas informacionais envolvem o reconhecimento das necessidades, a busca e o uso de



informação, em uma perspectiva que considera as ações e interações dos indivíduos como fator que os permitem dar significado a estas práticas.

Em nosso trabalho estabelecemos uma distinção entre prática e comportamento informacional, conceito muito utilizado nos estudos de usuários. Ao analisar o comportamento, apreende-se o que é externo e observável, mas os atos encobertos praticados pelos indivíduos são ignorados. Prática informacional supõe que os indivíduos são protagonistas das ações e busca compreender os atos encobertos das interações e a atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais.

4 O CONTEXTO DE TRABALHO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO E SUAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Nossa pesquisa foi realizada com profissionais do sexo que trabalham em hotéis no centro de Belo Horizonte. Utilizamos metodologia qualitativa para a coleta e análise de relatos. Nossas principais ferramentas foram a entrevista semi-estruturada e a observação do ambiente de pesquisa. Analisamos os relatos das profissionais do sexo e os classificamos em temas variados: entrada na prostituição, percepção da violência, prevenção de doenças, relações interpessoais, relações com as autoridades, etc. Em seguida estabelecemos quatro eixos principais para a análise das práticas informacionais das profissionais do sexo: 1) trabalho, que envolve as informações referentes aos direitos trabalhistas, organização de classe e regulamentação da atividade; 2) legislação penal, que engloba a relação das profissionais do sexo com as atividades criminalizadas que são ligadas à prostituição; 3) saúde, que envolve a prevenção de doenças e os cuidados com o corpo; e 4) cotidiano, que envolve as práticas diárias: a negociação do programa, a segurança, os locais de trabalho, o relacionamento interpessoal com clientes, colegas e vizinhança.

4.1 QUESTÕES TRABALHISTAS: A REGULAMENTAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE COMO PROFISSÃO

A prostituição não é uma profissão regulamentada, nem mesmo é reconhecida como tal. As profissionais do sexo não têm acesso aos direitos garantidos aos



trabalhadores formais, como férias, salário fixo, seguro desemprego, assistência saúde. Os recentes movimentos para a regulamentação da atividade têm o intuito de garantir esses direitos às elas (LEITE, 2006a, RODRIGUES, 2006). A regulamentação pode permitir a equiparação da atividade com qualquer outra do mercado de trabalho formal, colocando à disposição das mulheres os direitos e deveres garantidos e impostos a todos os outros trabalhadores e empregadores (BARROS, 2005). Também pode ajudar a combater a violência e o preconceito que cercam a atividade (LEITE, 2006b). Mas a regulamentação é contestada por algumas profissionais, pois pode significar a exposição de suas atividades e marcar suas vidas. A possibilidade de reconhecimento da prostituição como profissão, com o registro em carteira de trabalho é descartada por muitas mulheres que não querem ser 'marcadas' para o resto da vida como prostitutas (LEITE, 2006b). Elas rejeitam essa medida, pois entendem que isso significará perda de liberdade e diminuição de ganhos financeiros.

O discurso das profissionais do sexo mostra que o uso de informação no universo da prostituição tem certas particularidades, especialmente por causa do caráter marginal da atividade. De um lado temos a preocupação política de cientistas sociais, de políticos, de assistentes sociais, de profissionais da saúde, de autoridades judiciárias e policiais com o mundo da prostituição. De outro estão as profissionais que elaboram suas próprias demandas e têm liberdade para escolher sua própria condição de vida. As práticas informacionais das profissionais do sexo são influenciadas pelo caráter transitório da prostituição em suas vidas. Elas não têm o objetivo de fazer da atividade uma profissão permanente; e a regulamentação representa o risco de quebra de segredo, estigmatização e perda de rendimentos.

Podemos estabelecer a distinção entre o contexto de produção e o contexto de uso da informação no universo da prostituição. No contexto de produção estão os órgãos representativos da classe, o poder público, os profissionais da lei, os estudiosos do tema e as profissionais do sexo. No contexto de uso estão as profissionais do sexo em seu espaço de ação. As profissionais são, ao mesmo tempo, usuárias e produtoras de informação, pois interpretam e reconstroem as informações que recebem.

As informações a respeito da regulamentação da prostituição são desencontradas e fragmentadas. Os fragmentos de informação são oriundos dos diversos discursos aos quais as profissionais têm acesso: o discurso político e social favorável ou contrário à



regulamentação, o discurso de grupos e entidades favoráveis e o discurso construído no espaço de trabalho, reinterpretando o que foi produzido em outros contextos.

As profissionais do sexo buscam e usam informação de forma independente, sem se associar a um serviço ou sistema. No contexto de produção da informação, os órgãos representativos do poder público e das profissionais são importantes fontes de informação, assim como os diversos atores que interagem com estas mulheres. No contexto de uso as profissionais exercem tanto o papel de usuárias, quanto de produtoras e reprodutoras de informação. O uso de informação sobre as questões trabalhistas tem relação direta com o impacto que estas questões têm na vida das profissionais.

4.2 LEGISLAÇÃO PENAL: A CRIMINALIZAÇÃO DE ATIVIDADES LIGADAS À PROSTITUIÇÃO

No Código Penal Brasileiro os crimes ligados à prostituição são: induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem (artigo 227); induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone (artigo 228); a manutenção de casas de prostituição ou local destinado a encontros para fins libidinosos, haja ou não intermediação do proprietário ou gerente (artigo 229); tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça (artigo 230); e tráfico de pessoas (artigo 231) (BRASIL, 1940, 2005).

Segundo Rodrigues (2004), a legislação penal brasileira sobre a prostituição cria situações dúbias, gerando múltiplas interpretações. O debate caminha para o campo da moralidade e as leis têm mais o caráter de defesa da sociedade, que de defesa dos indivíduos. As atividades que fornecem infra-estrutura à prostituição são criminalizadas com o intuito de inibir sua prática, ou pelo menos restringi-la a uma determinada região geográfica, pois a atividade é considerada necessária, ainda que condenável pela concepção moral vigente em nossa sociedade.

A legalidade ou ilegalidade da prostituição não é totalmente compreendida pelas profissionais do sexo. Muitas vêem o exercício da prostituição como crime e a propriedade de casas de prostituição como uma coisa legal. A concepção de crime no universo da prostituição diverge da concepção legal. Podemos exemplificar com a concepção de proxeneta (cafetão), que para a legislação é qualquer pessoa que usufrui



de lucros provenientes da prostituição. Proxeneta, para as profissionais do sexo, é quem utiliza métodos violentos e ameaças para obter esses lucros.

A concepção de tráfico de pessoas também é diferente na legislação e na visão das profissionais do sexo. Na legislação e no discurso da sociedade, prostituição, pedofilia, exploração sexual e escravidão são atividades correlatas. Sob o termo tráfico de pessoas são enquadrados também os deslocamentos voluntários. As profissionais do sexo associam o tráfico de pessoas à violência e coerção.

Muitas profissionais têm atitudes criminalizadas pela lei penal. O incentivo à prostituição, considerado crime na legislação, é comum entre elas. Muitas começaram a trabalhar com a ajuda de amigas que exerciam a atividade e incentivaram outras mulheres a trabalharem também. Elas não consideram que estejam cometendo algum delito.

O conhecimento da legislação por parte das profissionais pode ser uma forma de exercer seus direitos diante dos atores com quem interagem: policiais, clientes, donos de hotéis, colegas de trabalho, médicos e família. Destacamos que as práticas informacionais das profissionais do sexo sofrem influência de sua visão sobre os assuntos tratados. Para elas é mais importante o que tem impacto imediato em suas vidas.

4.3 SAÚDE DA MULHER: ALÉM DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Segundo Borba e Clapis (2006), a relação que as mulheres mantêm com sua sexualidade e consigo mesmas, cuja marca é a subordinação aos desejos masculinos, é um fator de risco em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST). A vulnerabilidade feminina é maior ainda naquelas populações que estão à margem dos contextos institucionais, como as profissionais do sexo. Segundo Oltramari e Camargo (2004, p.317), “[...] as profissionais do sexo apresentam características específicas que as fazem necessitar de maior cuidado, devido à falta de acesso à rede de atendimento social e sobretudo pela exclusão na qual as mesmas se encontram”.

Pesquisas sobre prevenção de doenças mostram que as profissionais do sexo estão relativamente bem informadas sobre os métodos de prevenção de DST, ainda que haja dúvidas sobre a contaminação fora do ambiente de trabalho (OLTRAMARI e CAMARGO, 2004; PASINI, 2000). De acordo com Pasini (2000), as profissionais do sexo



têm certa familiaridade com o “saber médico” em relação à epidemia da AIDS, mas elaboram a prevenção de uma forma particular. As doenças podem ter leituras diferentes, dependendo do grupo e do contexto em que ocorrem. A heterogeneidade do grupo é um fator que influencia os múltiplos olhares que as doenças podem ter no ambiente da prostituição. O estresse, as alergias decorrentes do ambiente insalubre, o risco de câncer no útero pelo uso indiscriminado de lubrificantes e outros produtos para o corpo são problemas que podem ter suas origens nas condições de exercício da prostituição. A automedicação, o alcoolismo, as drogas são outros problemas recorrentes entre as profissionais do sexo.

O discurso das profissionais do sexo valoriza os cuidados com o corpo e a noção do risco de contaminação pelas DST. Sobre este tema podemos destacar os seguintes pontos: o conhecimento sobre as doenças, os cuidados com a saúde e com o corpo, a relação com profissionais e instituições de saúde e a importância das relações interpessoais nas práticas informacionais.

No âmbito da prevenção das DST e outros cuidados com a saúde, o caráter transitório da prostituição não tem a mesma influência que nos temas abordados anteriormente. As profissionais do sexo se envolvem com mais rigor nas práticas de prevenção: o uso de preservativos, de medicamentos, as consultas médicas, o exame do cliente, o conhecimento sobre as doenças são preocupações constantes. Os profissionais da saúde são importantes no contexto informativo destas mulheres. Elas cuidam da prevenção baseadas em informações médicas, disseminadas por agentes de saúde e instituições que realizam campanhas informativas e têm trabalhos voltados para a prostituição. O ponto de partida para as profissionais do sexo é a informação oficial, mas elas não são receptoras passivas. Para elaborar a prevenção, o conhecimento adquirido com a vivência da profissão é importante. Ainda que as profissionais não tenham conhecimentos científicos sobre as doenças, elas aprendem a reconhecer alguns sintomas das DST e a elaborar estratégias de prevenção. A utilização de preservativos nas relações sexuais é considerada a principal forma de prevenção pelo discurso médico. Esse discurso é adotado pelas profissionais do sexo, que afirmam utilizar o preservativo em todas as suas relações no trabalho.

Muitos fatores que influenciam as práticas de busca e uso da informação, e nem sempre estão ligados ao ambiente de trabalho das profissionais do sexo. Em relação ao



uso de medicamentos, por exemplo, a informação médica sobre os tipos de remédios e a dosagem nem sempre é seguida pelas mulheres. Também ocorre a automedicação e a utilização de produtos que não são recomendados e que podem, segundo o discurso médico, ser nocivos à saúde. Nem sempre as recomendações médicas sobre um determinado problema de saúde coincidem. A concepção de risco de contágio, por exemplo, é diferente para cada médico. Se as informações são interpretadas de diferentes formas no contexto de uso, no contexto de produção elas também são diversificadas.

O estresse, a dependência química, a fadiga física, os problemas alérgicos, os riscos provocados pelo excesso de relações, os cuidados com a higiene são outras preocupações das profissionais do sexo. A pressão sobre a mulher que exerce a atividade, sua própria identificação com a moral vigente que censura a prostituição, gera o estresse e a depressão. As profissionais apontam casos de usos de drogas e álcool como uma forma de escape. Segundo alguns relatos, muitas mulheres tornam-se dependentes químicas e começam a vender drogas nos quartos para pagar dívidas com traficantes. O poder público realiza trabalhos informativos junto às profissionais, oferecendo palestras sobre os riscos do uso de drogas. As profissionais também participam deste processo informativo, orientando as colegas envolvidas com as drogas na busca por ajuda para o tratamento da dependência.

As práticas informacionais das profissionais do sexo no âmbito da saúde são guiadas pela diversidade de caminhos que a informação percorre: da informação “oficial” de médicos e outros profissionais da saúde, às práticas “caseiras” repassadas entre as mulheres.

4.4 COTIDIANO: DEMANDAS DO DIA-A-DIA

Uma das principais características do universo da prostituição no Brasil está ligada à informalidade. Como a atividade não é regulamentada, as profissionais do sexo atuam como autônomas. Segundo Guimarães e Merchán-Hamann (2005, p.541), a prostituição possui um caráter ambivalente: por um lado a ocupação é considerada rentável e proporciona certa liberdade aos seus praticantes; por outro revela “uma série de comprometimentos derivados do processo de estigmatização em que vivem as



prostitutas”.

Por influência do lugar marginal que a prostituição ocupa em nossa sociedade, nem tudo é dito explicitamente sobre o exercício da atividade. As profissionais do sexo precisam de informações que ficam implícitas nos discursos, mas que o contexto, a interação e o conhecimento compartilhado da sociedade tornam compreensíveis. São informações pontuais: onde trabalhar, como ingressar na atividade, que preço cobrar, como negociar com os clientes, quais os cuidados com a segurança. As necessidades de informação cotidianas não são relativas apenas ao ambiente de trabalho, mas também aos seus espaços sociais e familiares. Antes de serem profissionais do sexo, elas são mulheres, mães, filhas, esposas, amigas, consumidoras, etc.

As profissionais do sexo interagem com diversos atores que circulam em seu ambiente de atuação: comerciantes e empregados do comércio, clientes, policiais e colegas de trabalho. Cada um destes atores tem papel importante em seu processo informativo. O contato entre colegas influencia a prática informacional das profissionais, na medida em que elas lhes creditam algum grau de confiabilidade.

Nos hotéis de alta rotatividade da zona boêmia de Belo Horizonte não existe contrato formal de trabalho entre as profissionais e os proprietários, mas existem regras que devem ser cumpridas. As mulheres passam por uma avaliação antes de começar a trabalhar e precisam ser aprovadas pelo gerente. As informações são explícitas, mas as consequências das "quebras de contrato" ficam subentendidas no discurso oficial; o processo informativo é concretizado por outros indivíduos que circulam nos ambientes dos hotéis, especialmente as colegas de trabalho e os clientes. Os gerentes dos hotéis apresentam as regras, orientam sobre como proceder em casos de atritos, esclarecem as proibições, mas são as colegas que orientam sobre o comportamento com o cliente.

Uma atividade cotidiana das profissionais do sexo que envolve seu universo informacional é a negociação do programa. De acordo com Guimarães e Merchán-Hamann (2005), o tipo de prática, o preço, o local de atendimento e o uso de preservativo são aspectos envolvidos na negociação do programa. Esta negociação é conduzida pelo cliente, mas a profissional estabelece as condições para que o programa seja realizado. A relação com os clientes gera a preocupação com a segurança e a manutenção da integridade física. A exposição das mulheres ao risco das agressões é constante, pois elas tratam diretamente com os clientes em ambientes fechados.



Os clientes e as práticas diárias são os principais assuntos na comunicação entre as profissionais no ambiente de trabalho. Se um cliente tem algum comportamento desabonador com uma mulher, ela alerta as colegas para evitar que elas tenham problemas com ele. Esse alerta pode ser feito na presença do cliente para, deliberadamente, constrangê-lo. Se o cliente propõe um programa sem proteção, ou se é agressivo com a profissional na porta do seu quarto, ela avisa, gritando, às outras mulheres que estão no corredor para tomarem cuidado com ele. Dentro dos quartos as mulheres são as únicas responsáveis por sua segurança e precisam tomar alguns cuidados para evitar agressões e abusos por parte do cliente. Os hotéis orientam as profissionais a não resolverem as contendas e os desacordos nos quartos.

As profissionais mais experientes exercem papel importante na orientação das novatas. Além do processo informativo, uma rede de solidariedade é formada, para que as profissionais se ajudem mutuamente. A preocupação dos hotéis em informar as mulheres limita-se às regras para a utilização do espaço. Outras demandas e outras necessidades de informação são trabalhadas na interação com as colegas, clientes e outros indivíduos do entorno da zona, além da família e amigos. Os jornais em formato de tablóide, com preços mais baixos, são freqüentemente encontrados nos quartos, pois permitem uma leitura rápida. As profissionais devem ficar atentas à movimentação nos corredores e negociar o programa com os clientes, o que impede a concentração em uma leitura mais densa. A televisão e os jornais permitem que as mulheres se informem sobre os acontecimentos atuais, além de servirem como entretenimentos. As informações veiculadas nestes meios pautam algumas das conversas das profissionais em seu ambiente de trabalho.

Fora do local de trabalho, nos momentos de lazer e no ambiente familiar, a televisão, a literatura e a Internet adquirem *status* de fuga dos problemas que o cotidiano da prostituição pode causar. A literatura religiosa ganha especial importância para essas mulheres. A saída da prostituição também pode ser inserida no universo informacional das profissionais do sexo. Elas têm planos de trabalhar por pouco tempo na atividade, e ao mesmo tempo investir em sua formação, para tornarem-se empreendedoras. Entretanto houve relatos de dificuldades de adaptação ao mercado de trabalho das profissionais que abandonaram a atividade. Elas se preparam tecnicamente para trabalhar por conta própria, fazendo cursos para se especializarem na atividade escolhida,



mas não se preocupam com os aspectos gerenciais e administrativos destes negócios. Tornam-se reincidentes na prostituição, pois muitas vezes perdem seus investimentos nestas empreitadas.

As práticas informacionais das profissionais do sexo no cotidiano refletem o caráter dinâmico da informação neste universo. A oralidade e a informalidade do processo informativo é uma marca muito forte deste contexto. As necessidades e o uso de informação aparecem nas interações das profissionais com os atores de seu entorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo da prostituição é importante compreender as relações de poder existentes entre as profissionais do sexo e os atores em seu entorno. Suas práticas informacionais são influenciadas por essas relações, que interferem em sua percepção do que seja importante em termos informativos. Existem pessoas e instituições que participam do processo informativo das profissionais do sexo. São profissionais diversos, como policiais, advogados, médicos, psicólogos, padres. Entre as instituições estão as pastorais da Igreja Católica, a Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APSBH), a Polícia Militar, a Polícia Civil, o grupo Mulher e Saúde (MUSA) e o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), os postos de saúde e hospitais. As profissionais do sexo são leitoras de jornais, revistas, folhetos e livros que tratam de assuntos gerais ou específicos do universo da prostituição. A televisão e a Internet aparecem como fontes utilizadas por elas. O conteúdo informativo que desperta seu interesse nem sempre é voltado para seu universo de trabalho.

O poder público também desenvolve alguns trabalhos de cunho informativo na zona boêmia, especialmente em relação ao uso de drogas e à violência. A polícia militar está presente constantemente no lugar, mas sua presença não é suficiente para impedir a existência de tráfico de drogas. A repressão policial, embora não tenha sido relatada pelas profissionais entrevistadas, aparece como um problema no discurso das pessoas que lutam pelos direitos das profissionais do sexo junto ao poder público. O outro lado disso é a ação da polícia no âmbito informativo.

O processo de comunicação das profissionais do sexo envolve temas cotidianos, problemas comuns ao universo e assuntos gerais que podem despertar interesse em seu



meio. Suas práticas informacionais podem ser compreendidas pela multiplicidade de atores envolvidos nelas. Suas principais fontes de informação não estão nos ambientes institucionalizados. O dinamismo do contexto de uso é a principal característica de suas ações de busca e uso de informação.

Percebemos que as práticas informacionais das profissionais do sexo têm relação com o impacto imediato que cada assunto tem em suas vidas. Assim, a regulamentação da atividade e a legislação penal que incide sobre ela não são preocupações das profissionais. Estes assuntos, ainda que tenham impacto sobre suas vidas, são percebidos em longo prazo e as profissionais não pretendem fazer da prostituição uma atividade permanente. Por outro lado, os cuidados com a saúde aparecem como prioridade para elas. O mesmo acontece com os assuntos cotidianos como as relações interpessoais. Estes assuntos têm impacto imediato em seu trabalho. Concluímos que as práticas informacionais das profissionais do sexo são fortemente influenciadas pelo caráter transitório da prostituição.

ABSTRACT

This work has the objective to show the results of the analysis of the informational practices of the sex workers of the bohemian area of Belo Horizonte. It were used the theories of the user studies like support for the construction of the research subject and for the conduct of field research. The research was made with the sex workers that work in high turnover hotels. Four main lines were established for the analysis of informational practices: labour aspects on the activity, penal law, women's health, and the worker's quotidian particular features. The four lines of analysis do not have the same importance on the sex professionals' views. The transient character of the job provokes a low identification with the legal and labour aspects. On the other hand, health gets a large importance due to the aspect that this issue has on their quotidian lives, with a special detach to the subjects associated to sex transmitted diseases. The sex workers are inserted in several information contexts, and they have access to different informative products and speeches. Their procedures are guided by the dynamic informative environment where they are included, by the transitory nature of their work and by the impact that the subjects have in their life.

Keywords: User studies; Informational practices; Sex workers.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: uma abordagem na linha de ICS. In: CABRAL, Ana Maria Rezende; REIS, Alcenir Soares dos (Org.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 81-100.



ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/departam/cbd/enancib2008/cd/6> - Trabalhos em PDF/GT3/1-Oral/1895 - Estudos de usuários - pluralidade teórica, diversidade de objetos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuário: visão global dos métodos de coleta de dados. *Perspectivas em ciência da informação*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.168-184, maio/ago.2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/48/89>>. Acesso em: 22 out. 2007.

BARROS, Lúcio Alves. Mariposas que trabalham: uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n.827, 8 out. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7356>>. Acesso em: 17 jun. 2008.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-137.

BORBA, Kátia P.; CLAPIS, Maria José. Mulheres profissionais do sexo e a vulnerabilidade ao HIV/AIDS. *DST – Jornal brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis*, v.18, n.4, p.254-258, 2006.

BRASIL. Código penal (1940).; PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CESPEDES, Lívia. *Código penal*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 592 p. (Legislação brasileira).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.106 de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação brasileira de ocupações*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y Ciencia de la Informacion. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995. 134p.

DOMINGUES, Roberto Chateaubriand. Profissionais do sexo: de objetos a agentes de transformação. In: SILVA, Roberto Guimarães. *Ação e vida: respostas à epidemia de HIV/AIDS em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 1996. p.65-83.



- FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, p.217-223, maio/ago. 1996.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Estudos de usuários*. Brasília: IBICT, 1994.
- FREITAS JUNIOR, Otávio de. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 01-44.
- GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *Em tese: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC*, v.1, n.1, p.149-168, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 28 abr. 2008.
- GUIMARÃES, Kátia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, p.525-544, set./dez. 2005.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. 163p.
- LAGENEST, H. O. Barruel. *Lenocínio e prostituição no Brasil: estudo sociológico*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1960. 195p. (Temas atuais).
- LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124p.
- LEITE Gabriela. Daspu, uma grife surpreendente. *Caros Amigos*, São Paulo, v.10, n.106, p.28-31, 2006a. Entrevista concedida a Natalia Viana.
- LEITE, Gabriela. Dastripas coração. *Margens: revista de cultura*, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 28-39, jan./jun. 2006b. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p. 89-93, jan./abr. 1995.
- McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.
- OLTRAMARI, Leandro Castro; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre a AIDS. *Estudos de psicologia*, Florianópolis, v.9, n.2, p.317-323, 2004.
- PASINI, Elisiane. O uso de preservativos no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Org.). *Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa, 2000. Cap. 2, p. 31-46.
- ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro:



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Rosa dos Tempos, 1998. 430p.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. *Sociedade e estado*, Brasília, v.19, n.1, p.151-172, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição: “um trabalho como outro qualquer”? – as estratégias das organizações de defesa dos direitos de prostitutas no enfrentamento do preconceito e da discriminação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.com.br>>. Acesso em 09 mar. 2008.